

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.187 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2000



Antonio Carlos: taxaço de fundos de pensão é a principal alternativa de recursos para cobrir aumento

## ACM: aumento do salário mínimo é assunto "decidido"

Presidente do Senado encontrou-se com o presidente da República e disse que há coincidência de pontos de vista em relação ao salário mínimo.

PÁGINA 2



## STF promete julgar logo ação contra fundos

PÁGINA 5

Amir Lando (E), que esteve com Carlos Velloso, aponta consenso em torno do mínimo de R\$ 180

# CCJ examina hoje financiamento público de campanhas eleitorais

Em reunião após a Ordem do Dia do Plenário, comissão deve examinar outras 16 matérias, entre as quais o projeto que regulamenta a relação entre governos federal, estaduais e municipais com seus fundos de previdência complementar

## PRESIDENTES DO STF E STJ DEFENDEM EFEITO VINCULANTE EM DEBATE NA CCJ

PÁGINA 7

Cabral, Costa Leite, Agripino, Velloso e Tebet no debate promovido pela CCJ



Quatro dias antes da realização do segundo turno das eleições municipais, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode apreciar hoje projeto de lei do senador Sérgio Machado que prevê o financiamento público das campanhas políticas. Outras 16 matérias estarão em pauta na comissão, entre as quais a que regulamenta a relação entre os três níveis de governo e seus fundos de previdência complementar.

PÁGINA 3

## Comissões votam restrição à propaganda de cigarros

PÁGINA 3

## CRE analisa proibição do porte de armas de fogo

PÁGINA 6

## CAE aceita alongamento da dívida da Petrobras

PÁGINA 4

## Aprovado na CE o fundo de telecomunicações

Projeto que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. A matéria será enviada em regime de urgência para o Plenário do Senado.

PÁGINA 6



Os senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias na reunião da CPI do Futebol

## CPI quebra sigilo da CBF e de Wanderley Luxemburgo

PÁGINA 5

# ACM considera aumento do mínimo assunto "decidido"

Após encontro com o presidente da República, Antonio Carlos Magalhães afirmou que há coincidência de pontos de vista sobre o reajuste

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, ao retornar de encontro com o presidente da República, que "houve coincidência de pontos de vista em relação ao aumento do salário mínimo". O senador considera o assunto "decidido". Faltaria apenas apontar as fontes de recursos. A taxa dos fundos de pensão seria "a principal alternativa".

— O presidente está convencido de que a melhor fonte é a taxa dos fundos de pensão. Entretanto, se não der, vai discutir com o Congresso outras fontes — disse.

Para Antonio Carlos, "é uma idéia excelente" taxar os fundos, que "vivem muito soltos" e deveriam ser

mais fiscalizados. "É importante que eles paguem Imposto de Renda, e que desse imposto se pague um salário mínimo decente ao trabalhador brasileiro."

O senador discorda da alegação de que haveria dupla taxação. "Os estudos jurídicos dão margem para a cobrança, e os fundos estão em situação invejável." Em entrevista concedida antes do encontro com o presidente da República, Antonio Carlos havia dito que tentaria evitar a utilização de parte do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza para dar suporte ao aumento do mínimo.

Durante o encontro, o senador também concordou com Fernando

Henrique quanto à necessidade de apressar a aprovação da reforma política. Ele vai convocar os líderes partidários para agendar a tramitação da matéria. Antonio Carlos não quis revelar os pontos de vista do presidente sobre o tema. Mas adiantou sua opinião, afirmando que deveriam ser tratados temas relacionados aos partidos, tipos de representação partidária e financiamento público das campanhas.

O terceiro tema discutido com Fernando Henrique foi a reforma do Judiciário. Antonio Carlos comunicou ao presidente sua impressão de que não existe possibilidade de encerrar a votação da matéria ainda este ano.

## Fogaça: momento de definir novo valor é agora

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou ontem que este é o momento mais adequado para a definição do valor do novo salário mínimo.

Segundo afirmou, a decisão deverá ser tomada até 15 de dezembro, quando será votado o projeto de lei orçamentária. Fogaça considera que discutir o assunto

em meados de março do próximo ano é impróprio, pois não será possível alterar o Orçamento Geral da União e, conseqüentemente, os orçamentos da Previdência, da assistência social e do seguro-desemprego, setores diretamente afetados pelo valor do salário mínimo. Tradicionalmente, o valor do mínimo é definido às vésperas do dia 1º de maio.

Fogaça assinalou que é na lei orçamentária que se fixam as fontes dos recursos destinados ao reajuste, prin-

cipalmente em relação ao pagamento das aposentadorias. Para ele, é preciso levar em consideração o desnível econômico entre regiões.

— Defender um salário mínimo de US\$ 100 é absolutamente justo. Agora, a discussão é concreta e a mudança pode ser realizada manejan-

do-se recursos das várias rubricas orçamentárias. Meu compromisso é não votar qualquer emenda de aumento enquanto não se definirem as fontes de recursos para o aumento do salário mínimo e dos orçamentos da Previdência, da assistência social e do seguro-desemprego.

## Quintanilha apóia reajuste

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) apoiou ontem em Plenário o reajuste do salário mínimo para R\$ 180, correspondentes a cerca de US\$ 100. Disse ele que a discussão do novo valor é fun-

O senador classificou o atual salário mínimo de insuficiente. Ele elogiou a disposição do governo em negociar com o Congresso Nacional o novo mínimo, mas considerou baixo o reajuste previsto no projeto de Orçamento para 2001.

— O aumento de 5,57%, proposto pelo Executivo, é longe do ideal, mas o governo se mostra aberto à discussão, propondo que o Congresso aponte as fontes necessárias no Orçamento — afirmou.



Quintanilha: aumento tem a ver com a distribuição de renda



José Fogaça: é preciso antes indicar as fontes do reajuste



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente  
Antonio Carlos Magalhães

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 105/95, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e TV Correio para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Campina Grande (PB); PDL nº 202/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Intersom — Emissoras de Frequência Modulada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em São Carlos (SP); PDL nº 214/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Aracatuba para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Aracatuba (SP); e Requerimento nº 523/2000, do senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 148 e 169, de 2000, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

10h — Reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h30 — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: apresentação de cinco emendas ao Orçamento da União do ano 2000. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Orçamento Geral da União 2001; Mensagens nº 165/2000 e 174/200, que submetem à apreciação do Senado a escolha dos nomes de Tomas Maurício Guggenheim e de Ney Prado Dieguez para exercerem a função de embaixador do Brasil junto ao Gabão e à República Cooperativa da Guiana, respectivamente; PLS nº 292/99 (em tramitação conjunta com os PLS nºs 386/99 e 614/99), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; PLS nº 386/99 (em tramitação conjunta com o PLS nº 292/99 e 614/99), que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; e PLS nº 614/99 (em tramitação conjunta com os PLS nºs 292/99 e 386/99), que proibe a venda de armas de fogo e munição em todo território nacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, PLC nº 52/97, regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, sobre gestão democrática do ensino público; PLS nº 302/99, que dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idades para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; PLS nº 42/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento, da Foz do Velho Chico; e PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: X-Man, de Bryan Singer. Auditório Petrônio Portella

18h30 — Mostra de filmes chineses

Programação: 25.10 — Filme: Balseiros no Rio Amarelo, de Zhou Xiaowen. 26.10 — Filme: Vencedor, de Huo Jianqi. Auditório Petrônio Portella

## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2000

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1999. Renova a concessão outorgada à TV Bandeirantes de Salvador (BA). Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2000. Outorga concessão de emissora de TV à Fundação Municipal de Artes de Montenegro (RS). Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2000. Autoriza o governo do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a operar rádio FM em Brasília (AC). Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2000. Autoriza o governo do Acre a operar rádio FM em Cruzeiro do Sul (AC). Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Requerimento nº 522, de 2000. Senador Osmar Dias. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 182 e 196, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 182 e 196, de 2000, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CAS, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquêas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CCJ aprecia hoje financiamento público de campanhas eleitorais

Projeto de autoria de Sérgio Machado é uma das 16 matérias na pauta da comissão, que examina também regras para as relações entre o governo e os fundos de previdência complementar

Projeto de lei que prevê a instituição do financiamento público das campanhas políticas, apresentado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), será apreciado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após a Ordem do Dia. Outras 16 matérias estão em pauta na comissão, entre as quais a proposta que regulamenta a relação entre os três níveis de governo e seus fundos de previdência complementar.



Machado: novas regras para o financiamento das campanhas

O projeto de Sérgio Machado am-

plia de R\$ 0,35 para R\$ 7, nos anos em que se realizarem eleições, o valor que, multiplicado pelo número de eleitores alistados na Justiça Eleitoral até 31 de dezembro do ano anterior, constituirá a dotação orçamentária destinada ao alistamento e às campanhas eleitorais.

Uma pequena parcela dos recursos do fundo — 1% do total — será distribuída de forma equitativa para todos os partidos políticos. Os demais 99% serão distribuídos entre os partidos que tenham representação na Câ-

mara dos Deputados, segundo a proporção de suas bancadas. Ao apresentar seu parecer favorável, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) lembra que em vários países são noticiados escândalos envolvendo os partidos, os candidatos e os financiadores de suas campanhas.

A proposta de regulamentação dos fundos de pensão volta a exame da comissão para que sejam discutidas três emendas apresentadas em Plenário pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Heloísa Helena (PT-AL). Todas receberam parecer favorável do relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS). A emenda de Arruda destina-se a evitar que os

fundos venham a exercer controle de sociedades anônimas. As emendas de Heloísa Helena procuram reforçar a composição paritária do conselho deliberativo de cada fundo, entre representantes de participantes e dos patrocinadores.

Também será analisado pela CCJ parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a projeto que regulamenta a gestão democrática no ensino público. O projeto determina a participação de representantes da direção escolar, do corpo docente e discente e da comunidade local nas decisões de planejamento, avaliação e implementação das ações das escolas.

## Aprovadas concessões para emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem projetos de decretos legislativos autorizando o governo do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a explorar uma emissora de rádio em Brasília (AC) e outra em Cruzeiro do Sul (AC). O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) votou contra as concessões e o petista José Eduardo Dutra (SE) absteve-se de votar.

Afirmando não ser “homem de meias palavras”, Nabor Júnior definiu as duas concessões como atos eminentemente políticos do governo federal em favor do PT. “É mais um instrumento que o governo federal está colocando na mão do governo do PT para ser usado contra os aliados do governo, que somos nós”, argumentou.

O senador Tião Viana (PT-AC) se disse surpreso com a posição de Nabor Júnior e falou da importância do rádio naquele estado. O senador Júlio Eduardo (PV-AC) assegurou que a divulgação radiofônica de todos os fatos naquele estado acontecerá de forma democrática, independente do fato de o PT estar agora no governo. José Eduardo Dutra observou que as concessões que estavam sendo votadas não contemplam o PT nem qualquer coligação política, mas o estado do Acre, por intermédio de uma fundação cultural.

Além dessas duas emissoras para o Acre, foram aprovados também decretos renovando a concessão de funcionamento da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., de Salvador (BA), e da Fundação Municipal de Artes de Montenegro (RS). Os decretos vão agora a promulgação.

## CAS e CCJ votam restrição à propaganda de fumo

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votam hoje, a partir das 10h, projeto do Executivo que proíbe a propaganda de produtos fumíferos nos meios de comunicação. A reunião será conjunta para tornar mais rápida a análise da ma-

téria, que tramita em regime de urgência.

Relator da matéria nas duas comissões, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou, em audiência pública realizada no último dia 18, sua convicção pessoal de que o tabagismo “é um mal para o qual a sociedade tem

de criar anteparos”, de modo que a expectativa é de que seu parecer seja favorável ao projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados.

Na avaliação do senador, a proibição de propaganda de derivados do fumo nos meios de comunicação gerou uma discussão cul-

tural na sociedade, à semelhança do que ocorreu nos países que já adotaram restrições semelhantes. O projeto já foi debatido em duas audiências públicas realizadas nos dias 10 e 18. Participaram dos debates representantes de vários segmentos diretamente envolvidos com o assunto.

### Propostas sobre adotantes terão exame simultâneo

O Senado decidiu ontem que tramitarão conjuntamente dois projetos existentes na Casa para obrigar o poder público a conceder licença-maternidade e salário-maternidade às mães adotantes ou encarregadas da guarda judicial de crianças.

Foi aprovado requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR) para que esses projetos, de autoria dos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Marluce Pinto (PMDB-RR), tramitem conjuntamente.

Hoje, a mãe adotante, no momento em que recebe a guarda judicial do menor, tem direito apenas a pleitear uma licença de 30 dias para estreitar o convívio com a criança. Os dois projetos retornam agora ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, que sobre eles tomará decisão terminativa.

## Projetos que acabam com a prisão especial podem tramitar em conjunto

O Senado decide hoje se tramitarão em conjunto dois projetos — dos senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) — que modificam as atuais normas sobre prisão especial. Os dois textos acabam com o

privilegio para os presos que tenham diploma de curso superior.

Freire observa que a única razão para a concessão de prisão especial deveria ser a garantia da vida ou da integridade física do preso, qualquer que seja sua classe social. Daí por que ele exclui do privilégio os membros do Congresso e das assembleias legislativas; os diplomados por qualquer

faculdade; os ministros de confissão religiosa; os ministros do Tribunal de Contas; os vereadores; os interventores de estados ou territórios; e os secretários de Estado, excetuando-se os de Segurança Pública.

Antero Paes de Barros disse que, em uma sociedade democrática moderna, não há cabimento para privilégios legais, muito me-

nos na lei penal. Ele afirmou que, ao listar como classe especial os portadores de diploma de nível superior, o Código de Processo Penal cria um privilégio injustificável, que precisa ser extinto. “É indubitável que a concessão não tem razão de ser, haja vista que o desempenho de qualquer atividade específica, que pressupõe a posse de diploma de terceiro grau, não representa para o detentor do diploma risco presumível no convívio carcerário com outros presos comuns”, afirmou Antero.

Também hoje o Plenário delibera sobre decretos legislativos destinados a renovar a concessão de funcionamento da Rádio e TV Correio Ltda., de Campina Grande (PB); da Intersom — Emissoras de Frequência Modulada, de São Carlos (SP); e da Rádio Cultura de Araçatuba, de Araçatuba (SP).



Freire: única razão para prisão especial deveria ser garantia da vida



Antero não vê razão para privilégios em uma sociedade democrática

## Senado congratula Manaus pelos 152 anos de emancipação

A pedido do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o Plenário aprovou voto de congratulações pelo transcurso do aniversário de 152 anos de emancipação da cidade de Manaus. A decisão agora será comunicada à prefeitura e à Câmara de Vereadores daquela cidade.

Nascido em Manaus, Cabral fez o registro do acontecimento em seu nome e em nome do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Ele afirmou que, contando-se desde a data do primeiro povoamento, Manaus estaria hoje completando 331 anos. Cabral citou um historiador local para registrar que os portugueses nunca deram uma demonstração muito grande de interesse à cidade. As primeiras construções executadas ali, em 1787, foram a olaria, a fábrica de redes e a fábrica de velas, que incentivaram o crescimento da capital do Amazonas.

O senador disse que foi no período da borracha, quando a população aumentou de 40 mil para 100 mil habitantes, em razão do êxodo rural e da imigração nordestina que a cidade teve o seu auge.

# CAE ouvirá autoridades sobre incentivos para a informática

No exercício da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, Bello Parga concede vista coletiva ao projeto, já aprovado pela Câmara

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar novos estudos antes de votar o substitutivo ao projeto de lei da Câmara que muda as regras dos incentivos para o setor de informática. Em reunião realizada ontem à tarde, o relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresentou seu parecer, mas o presidente em exercício da CAE, senador Bello Parga (PFL-MA), concedeu vista coletiva do projeto, a pedido dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Pedro Piva (PSDB-SP).

Durante o período de vista, serão ouvidas as autoridades responsáveis pela Zona Franca de Manaus, representantes de todos os ministérios e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

— Esse é um assunto complexo e difícil. Temos que tornar bem claros todos os aspectos e implicações da questão, mas lembro que há investidores aguardando a definição das novas regras para aplicar seu capital no país — alertou Suassuna.

A necessidade de votar o assunto o mais rápido possível foi men-



Suassuna: “É um assunto complexo e difícil. Temos que tornar bem claros todos os aspectos da questão”

cionada também pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). Em entrevista coletiva concedida horas antes da reunião, Suassuna explicou que seu parecer estava baseado em exaustivas consultas. Esclareceu, porém, não ter conseguido que as várias partes interessadas chegassem a um acordo sobre o tratamento fiscal a ser dado aos produtos de informática. Diante do impasse, ele decidiu encaminhar a matéria ao voto da comissão, uma vez que em janeiro ocorrerá importante concorrência no setor de telefonia — com a abertura das ban-

das C, D e E de telefonia móvel —, o que está levando as empresas a pedir a definição do quadro legal.

O substitutivo de Suassuna incorpora como bens de informática os aparelhos de telefone celular e os tubos digitais de TV, produtos excluídos dos benefícios fiscais na Comissão de Educação (CE). O senador destacou a obrigatoriedade de reinvestir 5% do faturamento em pesquisa. Na opinião dele, mesmo que a medida venha a onerar mais o setor, possibilitará a arrancada da pesquisa nacional.

Segundo o senador, apenas a coreana Samsung planeja para o ano que vem um investimento de US\$ 500 milhões na Zona Franca de Manaus. Acrescentou que, em todas as negociações internacionais sobre informática, é cobrada das autoridades brasileiras uma posição final sobre o assunto.

O projeto, disse Suassuna, mantém os benefícios da Zona Franca de Manaus, estendendo-os parcialmente às regiões Norte e Centro-Oeste sem, no entanto, prejudicar a capacidade de produção já instalada nas regiões Sul e Sudeste.



Com ironia, Souto comparou as reações aos contratos fechados pelo BNDES com a Volkswagen e a Ford

não usaram sua prerrogativa de elevar o salário mínimo, informou que, na Bahia, isso foi feito tanto para o setor público como para o privado.

E registrou sua satisfação com o que considera “coerência do BNDES” em relação à indústria automobilística e “mudança de opinião” da grande imprensa e de parte do Congresso. Semana passada, o BNDES fechou operação de crédito de mais de R\$ 800 milhões com a Volkswagen de São Paulo e não recebeu a saraivada de críticas recebidas quando realizou operação semelhante com a Ford da Bahia.

## Paulo Souto quer adoção de cobrança diferenciada do IPI

Autor de emenda ao projeto que modifica a Lei de Informática, o senador Paulo Souto (PFL-BA) defendeu ontem a cobrança diferenciada do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a partir da sanção da nova lei. Para ele, as indústrias situadas em áreas menos desenvolvidas devem pagar menos IPI. Dizendo que na vigência da atual Lei de Informática 70% dos benefícios foram dados a um só estado, ele pregou a busca do equilíbrio, agora que a lei está sendo modificada.

Sobre a fabricação de celulares e monitores de TV, um dos pontos mais polêmicos da matéria, Souto entende que o parecer aprovado na CCJ assegura condições de competitividade à Zona Franca de Manaus (ZFM). E alinhou duas razões para isso: o Imposto de Importação continuará sendo pago proporcionalmente ao índice de nacionalização do produto e a ZFM manterá a isenção integral do IPI, enquanto os outros estados passarão a pagá-lo. Ele

embasou sua opinião no parecer aprovado pela CCJ porque ainda não havia tomado conhecimento do relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre o projeto, apresentado à tarde em reunião extraordinária da CAE.

Para Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Souto teria razão apenas quanto ao parecer da CCJ. Segundo ele, a Comissão de Educação e a CAE, com o parecer de Suassuna, romperam o acordo feito entre o governo e as empresas da ZFM. Suassuna, acrescentou, propõe que todos os produtos que usem *chips* sejam considerados bens de informática, o que, segundo Mestrinho, “significa um esvaziamento total da Zona Franca”. Além disso, continuou, o projeto é inconstitucional por prever benefícios fiscais a um setor econômico, quando eles são permitidos apenas para regiões.

### VOLKSWAGEN

Souto fez também dois registros. A quem diz que os governadores

## Comissão aprova novo limite de endividamento para Petrobras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem autorização para o aumento do limite de endividamento da Petrobras em R\$ 3,3 bilhões. Os recursos servirão para alongar a dívida da empresa de curto prazo, hoje em US\$ 5,1 bilhões. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) votou contra o projeto, que segue agora para votação em Plenário.

De acordo com a Petrobras, o financiamento faz parte das diretrizes do planejamento estratégico, com a finalidade de reduzir a exposição da empresa diante das incertezas do mercado internacional.

O projeto aprovado pela CAE permitirá à Petrobras reduzir até 2005 o seu endividamento de curto prazo em cerca de US\$ 3 bilhões, sendo transformados US\$ 1,8 bilhão em dívida de longo prazo no exterior e o restante pago com recursos próprios da

companhia. As emissões serão executadas de acordo com as normas do Banco Central.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), apesar de votar pela aprovação do projeto, disse que esse novo endividamento da Petrobras poderia ser evitado caso a empresa estatal não tivesse vendido parte das ações na Bolsa de Nova York.

Com a venda, classificada por Roberto Saturnino como “operação desastrosa”, a Petrobras foi obrigada a pedir novos financiamentos. Mas reconhece que a empresa necessita de novos recursos para serem aplicados em planos de investimentos. Já o senador Bello Parga (PFL-MA) esclareceu que a autorização para o aumento de endividamento da empresa é apenas um alongamento de sua dívida, sem maiores reflexos no endividamento total da Petrobras.

## Carlos Patrocínio cobra ações contra o alcoolismo

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) criticou a falta de política governamental para combater o alcoolismo e defendeu a retomada de campanhas preventivas contra o consumo de álcool. O alcoolismo, segundo informou, já afeta 15% da população brasileira.

O senador citou dados sobre os danos causados pelo consumo de álcool, informando que pesquisa do Detran envolvendo 865 vítimas de acidentes de trânsito em Brasília, Curitiba, Recife e Salvador revelou que um terço delas havia ingerido quantidade excessiva de álcool. Ele acrescentou que, em internações hospitalares e psiquiátricas, de acordo com dados fornecidos por hospitais em várias regiões do país, em 1991, entre 9% e 32% dos leitos eram ocupados por pacientes que apresentavam consumo abusivo de bebidas alcoólicas.

— Nessa linha, destacam-se os acidentes de trânsito e de trabalho, violência e baixa produtividade na es-



O senador Carlos Patrocínio informou que 15% dos brasileiros são hoje vítimas do alcoolismo

cola e no emprego. Surgem até evidências apontando para a correlação direta entre o aumento de consumo de álcool e crescimento de óbitos por cirrose, homicídios e suicídios — ressaltou o parlamentar.

Patrocínio defende que o governo exerça uma função profilática para reverter a tendência crescente do alcoolismo no país. Ele indagou quais os reais motivos que levaram o Executivo a suspender as campanhas contra o consumo de álcool.

### RETIFICAÇÃO

## Projeto que regulamenta uso do capuz foi vetado pelo presidente

O presidente da República vetou integralmente projeto de autoria do ex-senador Odacir Soares que autoriza o uso de capuz por policiais civis ou militares somente em caso de operações especiais. A matéria publicada pelo *Jornal do Senado* na edição de 24 de outubro, e distribuída dia 23 pela Agência Senado, informava que a lei regulamentando o uso do capuz havia sido sancionada.

## Aprovada quebra de sigilos da CBF e de Luxemburgo

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro resolveu na tarde de ontem



quebrar os sigilos bancário e fiscal da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), da empresa Traffic Marketing Esportivo e do ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo. Também foi aprovada pelos membros da CPI a convocação do vice-presidente do Vasco da Gama, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), que deverá depor em data a ser ainda confirmada.

Com a quebra dos sigilos fiscal e bancário da CBF e da Traffic, a CPI quer investigar detalhadamente os vínculos do contrato entre a Confederação Brasileira de Futebol e a Nike, a possível participação da Traffic como intermediária, e também a sonegação fiscal e evasão de divisas que possam ter havido. Já a quebra de sigilo de Wanderley Luxemburgo poderá elucidar uma suposta utilização do cargo de treinador da seleção para a realização de operações em proveito pessoal.

Além de Eurico, também deverão ser convocados a depor na CPI do Futebol o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, o conselhe-

iro Paulo César Ferreira e o representante oficial da patrocinadora do clube, a ISL Worldwide (International Sports Media, Marketing and Licensing Integrated). Paulo César enviou denúncia oficial à comissão apontando irregularidades praticadas pela atual diretoria do Flamengo no que diz respeito a transações com jogadores no exterior.

Os empresários Juan Figger e Luiz Vianna deverão ser convocados para esclarecer o processo de transações de jogadores de futebol para o exterior. Segundo o presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), Vianna teria sido recentemente descredenciado pela Fifa em função da suspeita de irregularidades referentes à sonegação fiscal e evasão de divisas.

Já o ex-ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, deverá ser convidado a colaborar com a CPI prestando o seu depoimento. Outros requerimentos aprovados na reunião desta terça-feira dizem respeito à solicitação de informações oficiais à CBF, à Fifa, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, ao Banco Central e ao Ministério da Fazenda.

## Dinheiro para reajustar salário é dos trabalhadores, diz Lauro

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse ontem que para aumentar o salário mínimo não é preciso buscar uma fonte de recursos, como quer o governo, bastando “roubar menos, eviscerar menos, e daí virão os recursos, dos próprios trabalhadores, que em 1990 recebiam 40% da



Lauro: sugestão para o governo trilhar “caminhos mais retos”

um opoionista para que “o governo trilha caminhos mais retos, elevados e condizentes com melhores resultados para o povo, os trabalhadores, pobres, marginalizados, sem terra, sem teto, sem nada”.

Lauro baseou-se nos estudos freudianos sobre a esquizofrenia, citando que “o mundo real provocado por conflitos que emergem do mundo do trabalho humano, e sobre as relações sadomasoquistas. O fruto da ruptura esquizofrênica, observou, é a criação de “um mundo acolchoado, sem conflito, sem trabalho humano, sem greves”.

Seguidores de Freud, como Erich Fromm, acrescentou o senador, aprofundaram os estudos sobre as relações sadomasoquistas e estenderam sua compreensão ao mundo social, de que as relações de classe seriam exemplo acabado. Salários de R\$ 150 ou R\$ 180 seriam, na opinião de Lauro Campos, o resultado de relações de classe de caráter sadomasoquista.

Dado que vários líderes governistas, inclusive o presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmam que são favoráveis a um aumento do salário mínimo, mas que é preciso apontar onde serão buscados os recursos, o senador recomendou a prática de uma terapia — como a teatroterapia — “para voltarem a entender melhor o mundo” e, portanto, deixarem de ser alienados.

— E o PT embarca na canoa furada. Lutar por R\$ 180? — questionou.

A recomendação, conforme o senador, deve ser entendida como um conselho, como colaboração de

## Relator do Orçamento busca recursos para aumento do mínimo

Amir Lando teve encontro com o ministro Carlos Velloso para pedir o julgamento de ações sobre tributação dos fundos de pensão

Depois de se encontrar ontem com o ministro Carlos Velloso, presidente do Supremo Tribunal Federal, o relator-geral do Orçamento de 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou que está buscando recursos para que o Congresso possa elevar o salário mínimo para R\$ 180 no próximo ano. “Muitos falam sobre o assunto, mas cabe ao relator-geral do Orçamento arrumar o dinheiro, e é isso que estou fazendo”, afirmou, acrescentando: “Há um consenso no país de que o salário mínimo deve ir para R\$ 180”.

Amir Lando ouviu do presidente do STF que irá apressar a votação de pelo menos uma ação que trata da cobrança de impostos de empresas de caráter social, gerando jurisprudência sobre o assunto. Caso o Supremo reconheça que tais empresas devem pagar impostos como qualquer outra, a Receita Federal estará vencendo uma batalha de 12 anos contra os fundos de pensão. Eles vêm evitando pagar Imposto de Renda sobre aplicações financeiras por meio de liminares obtidas em instâncias judiciais inferiores.

### COBRANÇA

Para o relator-geral do Orçamento, o pagamento de Imposto de Renda sobre aplicações dos fundos “sairá por decisão do Supremo” ou “pela mudança da lei”. Desde 1988 os fundos contestam a cobrança,

Amir Lando, relator-geral do Orçamento, com o ministro Carlos Velloso



afirmando que foi regulamentada por lei ordinária, quando haveria necessidade de lei complementar.

De 83 até 88, os fundos entraram na Justiça questionando o pagamento, mas as ações desse período vêm sendo derrotadas no Supremo. Se ganhar a disputa judicial, a Receita Federal terá a receber dos fundos um valor acumulado de R\$ 3 bilhões a R\$ 12 bilhões (dependendo da fórmula de cálculo, incluindo ou não multas, juros de mora, etc). Fora isso, os fundos pagariam todo ano de imposto no mínimo R\$ 2 bilhões, conforme estudo do comitê de bancos da Comissão de Orçamento. Para o governo, é essa arrecadação continuada que interessa para efeitos de aumento do salário mínimo, pois compensaria o déficit da Previdência.

Amir Lando sustentou que o PMDB está empenhado em buscar

as fontes para bancar o novo salário mínimo. “É inadmissível reajustar o mínimo em apenas 5,57%, como propôs o governo no projeto do Orçamento”, frisou, observando que apenas o dinheiro dos fundos de pensão não paga o reajuste para R\$ 180. “Alguns cálculos apontam a necessidade de pelo menos R\$ 3,8 bilhões para que a Previdência pague o piso aos seus milhões de aposentados”, disse.

O relator apontou outros caminhos para conseguir recursos: cobrança de Imposto de Renda de grandes movimentadores de dinheiro e reestimativa da receita de alguns impostos e contribuições. “Se preciso, o Congresso pode prever um superávit primário das contas públicas menor que o prometido ao FMI. Mais vale aumentar o mínimo do que cumprir à risca o que determina o Fundo”.

## Velloso tentará obter decisão do STF sobre fundos

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso, prometeu ontem ao relator-geral do Orçamento que tentará colocar em votação, ainda em novembro, uma ação que, indiretamente, se refere à cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos fundos de pensão. Trata-se de uma ação movida pelo fundo de pensão dos funcionários da Embrapa e da extinta Embrater (Ceres), que contesta a cobrança de Impostos Predial e Territorial Urbano do governo de Brasília, argumentando que ele tem “caráter social” e, assim, estaria isento.

Essa ação começou a ser julgada no ano passado e, quando havia empate de votos, o ministro Sepúlveda Pertence pediu vista do processo. Votaram

a favor da cobrança de IPTU da Ceres os ministros Maurício Corrêa e Carlos Velloso. Os ministros Ilmar Galvão e Marco Aurélio manifestaram voto contrário. Caso o Supremo decida que os fundos de pensão devam pagar impostos, as ações sobre o assunto terão uma decisão rápida. Existem cerca de 300 recursos questionando a imunidade tributária de entidades de previdência privada em vários estados.

Carlos Velloso disse ter escolhido o recurso da Ceres contra o governo do DF porque “é a ação mais próxima de um julgamento”. Explicou que, estabelecida a orientação, tentará apressar a publicação do acórdão — o que orienta outras ações sobre o mesmo assunto. “Com o acórdão, os la-

dos envolvidos na disputa podem inclusive chegar a acordo”, disse.

Existem na Justiça dois tipos de ação contra cobrança de impostos por parte dos fundos de pensão. O primeiro tipo contesta a cobrança de impostos antes da Constituição de 88, que definiu claramente o que é previdência e o que é assistência social. A Fazenda Nacional vem ganhando todas as ações que contestavam a cobrança antes de 1988. O segundo grupo de ações questiona a constitucionalidade da lei que regulamentou a cobrança de impostos, depois da Constituição. Os fundos alegam que o governo aprovou no Congresso uma lei ordinária (que exige maioria simples), quando havia necessidade de uma lei complementar (que exige maioria absoluta).

# CE aprova fundo para tecnologia de telecomunicações

Objetivo da proposta, já aprovada pela Câmara, é estimular a pesquisa, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto da Câmara que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), previsto pela Lei Geral das Telecomunicações e já acolhido pela Comissão de Assuntos Econômicos. A CE também aprovou requerimento de urgência para que a matéria seja encaminhada imediatamente ao Plenário.

O relator, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), ressalta que o objetivo do fundo é estimular a pesqui-

sa e o desenvolvimento de novas tecnologias, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competição no setor.

A proposta também cria um conselho gestor do fundo, constituído por representantes do Poder Executivo, da Agência Nacional de Telecomunicações e agentes financeiros governamentais. O patrimônio inicial será de R\$ 100 milhões, trans-

feridos de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Outra importante fonte de receita do fundo, prevista no projeto, é composta de 0,5% sobre a receita bruta de todas as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.

O projeto determina que os recursos devem ser aplicados exclusivamente no interesse do setor de telecomunicações, especificamente na Fundação CPqD (entidade sucessora do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás).



Comissão de Educação aprovou requerimento de urgência para que o projeto do Funttel seja apreciado pelo Plenário

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 – Debate – Senador Artur da Távola, Iami Carlos Varella, superintendente da Área Ambiental da Petrobras, e José Henrique Cortez, da Câmara de Cultura, falam sobre a Petrobras e a gestão ambiental  
7h30 – Entrevista – Wilson Picler, físico, fala sobre ciência e espiritualidade  
8h – Jornal do Senado  
8h30 – TV Escola – PCN – Matemática – Tratamento da informação  
9h – Cares do Brasil – Cerrado  
9h30 – Comissão de Educação (gravado)  
10h – Reunião Conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)  
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Comissão de Relações Exteriores (gravado)  
20h30 – Entrevista – Wilson Picler, físico, fala sobre

ciência e espiritualidade  
21h – Jornal do Senado  
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

10 – Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – A Voz do Brasil  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Comissão confirma concessões de rádio

A Comissão de Educação aprovou ato que renova a concessão à Bariri Rádio Clube para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade do mesmo nome, em São Paulo. Também foram aprovadas as renovações de concessões da Rádio Cultura de

Monte Alto (SP), da Lene Radiodifusão, situada em Paracatu (MG), e da Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo (ES).

Ainda foram aprovadas as concessões à MR Radiodifusão para explorar serviços de radiodifusão sonora

nas cidades de Urbano Santos e Viana. A Associação Comunitária Dehoniana também foi beneficiada com autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaré. As três cidades ficam no Maranhão.

## CAE debaterá com governador e técnicos a política de preços para o gás natural

O governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, e o secretário Nacional de Energia Elétrica, Xisto Vieira Filho, deverão debater em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a política de preços para a indústria do gás natural. A reunião está marcada para o dia 21 de novembro.

Também deverão ser convida-

dos o presidente da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbenstajn; o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, José Mário Miranda Abdo; o diretor de Gás e Energia da Petrobras, Delcídio do Amaral Gomez; e o diretor da Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Cristovão Soares de Faria Júnior.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), comunicou ao plenário da comissão a composição do grupo de trabalho que irá analisar a situação dos bancos estaduais. Foram indicados os senadores Osmar Dias (PSDB-PR), José Eduardo Dutra (PT-SE), Paulo Souto (PFL-BA) e José Alencar (PMDB-MG).

## Júlio quer audiência sobre desenvolvimento limpo



Júlio Eduardo defende participação do Congresso em conferência

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) anunciou ontem a apresentação de requerimento à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para que os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, participem de audiência pública para discutir a posição do governo sobre o desenvolvimento limpo.

O assunto estará na pauta da con-

ferência dos países signatários da Convenção sobre Alterações Climáticas e do Protocolo de Kyoto 92, que se realizará em Haia, na Holanda, no dia 13 de novembro. Júlio Eduardo explicou que o Tratado de Kyoto prevê a redução das emissões de gás carbono na atmosfera em todo o mundo. Também assinou a necessidade da participação de representantes do Congresso Nacional na conferência de Haia.

## Restrição a armas será examinada hoje

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) adiou para hoje, às 17h30 horas, o exame do substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre os projetos que tratam de fabricação, depósito,

trânsito e porte de armas de fogo. O texto proíbe as autorizações de porte em todo o país, além de anular as já concedidas. As armas registradas, no entanto, continuam regulares, uma vez que é mantido o direito de

posse dentro de casa.

O substitutivo baseia-se em projetos dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e do ex-senador Djalma Falcão.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Presidentes do STF e STJ defendem efeito vinculante

Ao falarem sobre a reforma do Poder Judiciário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os ministros Carlos Velloso e Paulo Costa Leite destacam que o anacronismo processual é uma das principais causas da morosidade da Justiça

Os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, defenderam o efeito vinculante para as decisões proferidas tanto pelo STF quanto pelo STJ e o Tribunal Superior do Trabalho (TST). A opinião foi manifestada durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a PEC, relatada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma do Judiciário, aprovada pela Câmara dos Deputados, restringe o efeito vinculante ao STF e, ainda assim, desde que a decisão tenha sido tomada por dois terços dos integrantes do tribunal. Os presidentes do STF e do STJ revelaram posições comuns sobre vários aspectos da reforma do Judiciário, como as soluções para acabar com a morosidade da Justiça e a instituição do controle externo da instituição.

Os presidentes dos tribunais disseram que uma reforma constitucional não será suficiente, pois os maiores problemas dizem respeito à necessidade de elaboração de novas leis processuais que garantam maior agilidade na tramitação das de-

“As medidas provisórias não prestam obséquio à ordem jurídica. Deveria existir limitação dos temas que podem ser objeto da edição de MPs.”  
Ministro Carlos Velloso, presidente do STF



“É inadmissível que uma única causa possa gerar mais de 50 recursos. Esse sistema tem que ser modificado.”  
Ministro Costa Leite, presidente do STJ



mandas judiciais.

— É inadmissível que uma única causa possa gerar mais de 50 recursos. Esse sistema tem de ser modificado. O anacronismo processual retarda as decisões da Justiça — afirmou o presidente do STJ.

Velloso chamou o sistema de recursos de “irracional” e defendeu a extinção da ação de execução. Para Costa Leite, o Congresso deve “emprender as correções de rumo necessárias para o Judiciário, preservando, no entanto, o que vem funcionando bem”.

O presidente do STJ entende que o Conselho Nacional de Justiça deve ser composto apenas por magistrados e presidido pelo presidente do STF. O Ministério Público e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na visão de

Costa Leite, funcionariam como “provocadores”, responsáveis por fazer denúncias.

## RAPIDEZ

O presidente do STF encampou a proposta e disse que o representante da OAB no Conselho Nacional de Justiça deve ser indicado não pela entidade, mas pelos magistrados. Outra solução apontada pelos dois ministros para melhorar o funcionamento da Justiça é a criação de juizados especiais de pequenas causas no âmbito da Justiça Federal, o que facilitaria a decisão sobre ações que precisam de decisões rápidas, como causas previdenciárias.

A adoção do efeito vinculante para os tribunais superiores é, para Velloso e Costa Leite, o mecanismo que pode conter os recursos processuais, trazendo economia e au-

mento de eficiência, já que o número de processos, atualmente, inviabiliza o trabalho dos tribunais.

Segundo Costa Leite, a súmula vinculante já-mais deve ser adotada para o direito civil, penal ou comercial, mas seria fundamental para causas envolvendo a administração pública, o direito financeiro e o econômico. O mecanismo pode, na avaliação do presidente do STJ, conter a “excessiva litigiosidade” da administração pública, que, hoje, está presente em 83% das ações julgadas pelo STJ.

O efeito vinculante, segundo Velloso, diminuiria o número de recursos e causas repetidas, que representam 85% dos processos em andamento no STF e 70%, no STJ. Ele defendeu que o tempo dos ministros seja usado para apreciar causas novas e relevantes, e condenou a exigência de dois terços para a adoção da súmula vinculante.

A audiência pública teve ainda a presença do presidente do Conselho Federal da OAB, Reginaldo Oscar de Castro. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), destacou a iniciativa da comissão de ouvir, em primeiro lugar, os presidentes do STF e do STJ e anunciou que a OAB manifestará suas posições em uma próxima reunião da CCJ.

## ACM: é preciso paciência para aprovar uma “reforma correta”

Presente à audiência pública da CCJ, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, não acredita que seja possível o Congresso aprovar a reforma do Judiciário ainda este ano. Segundo ele, os 81 senadores têm interesse na matéria e provavelmente vão oferecer emenda ao texto já aprovado pela Câmara, o que provocará o retorno da proposta à Casa de origem.

Na opinião do senador, as sugestões apresentadas pelos presidentes do STF e do STJ poderão ser acatadas depois de discutidas. “Aquilo que puder ser aproveitado, deve ser aproveitado”, afirmou.

Para ele, há coisas boas no texto da reforma do Judiciário que veio da Câmara, como o efeito vinculante, mas, a seu ver, a fórmula de controle externo da Justiça deveria ser alterada, de forma a “encontrar um meio termo: precisamos de paciência para fazer uma reforma correta”, disse.

Quanto à chamada “lei da mordaza”, o senador acredita que posições extremas não podem ser aceitas, mas ponderou que “uma lei que limite cada um em suas opiniões seria bom até para a própria Justiça”.

O presidente do Senado também participou na manhã de ontem da missa de sétimo dia de Paulinho, filho do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

## Relator da matéria, Cabral pede sugestões para mudanças na legislação processual

O relator da proposta de reforma do Poder Judiciário, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), pediu ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, que apresente sugestões de mudanças na atual legislação processual brasileira. Para o senador, as normas vigentes dificultam a busca de maior rapidez nos serviços judiciais.

— Temos de acabar com o anacronismo processual e ferir o excesso de formalismo previsto na legislação — disse Cabral durante a audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com a presença de Costa Leite e do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Mário Velloso. “Se não criarmos mecanismos de contenção de recursos, a Justiça brasileira vai acabar falindo”, advertiu.

O presidente do STJ prontificou-se a enviar sugestões de alteração na legislação e comparou a importância da mudança nas regras processuais à da própria emenda constitucional que está sendo analisada pela comissão. “Talvez a grande reforma do Judiciário passe por aí”, observou Costa Leite. O presidente do STF sugeriu ainda que a legislação torne o pagamento dos honorários da parte vencedora obrigatório para quem é derrotado em um recurso. “Essa regrinha já começaria a racionalizar o processo”, previu Velloso.

## EDIÇÃO DE MPS

Bernardo Cabral questionou os



Bernardo Cabral: contra o “excesso de formalismo” da legislação em vigor

presidentes dos dois tribunais a respeito das consequências das repetidas edições de medidas provisórias pelo Executivo. Carlos Velloso disse que as medidas não “prestam obséquio à ordem jurídica”. E defendeu a limitação legal dos temas que poderiam ser objeto da edição de medidas provisórias, a exemplo do que previa a Constituição de 1967 a respeito dos decretos-leis. Costa Leite, por sua vez, sustentou que a reedição das medidas cria “quadro de profunda instabilidade e insegurança jurídicas”.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que o STF já havia se

comportado de “forma mais rígida” em relação às medidas provisórias. A mesma observação foi feita pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), para quem cabe ao Supremo o “pecado original” da tolerância com a reedição das medidas. Dutra sugeriu ainda que o Senado e a Câmara aproveem por três quintos dos votos os nomes dos representantes da sociedade no futuro Conselho Nacional de Justiça, ao qual caberá o controle administrativo do Poder Judiciário.

— A aprovação deve ocorrer por quorum qualificado, para que represente a vontade da Casa e não maiorias eventuais — sugeriu Dutra. O senador disse estar de acordo com Cabral a respeito da necessidade de se alterar a legislação processual e advertiu para a necessidade de não se iludir a população. “Não se pode pensar que, após a aprovação da refor-

ma do Judiciário, tudo estará resolvido”, afirmou.

A mesma preocupação foi expressa pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Para evitar decepção com a reforma, sugeriu ele, o Legislativo e o Judiciário poderiam buscar imediatas soluções para uma melhor atuação da Justiça. “A par da reforma, poderíamos caminhar tanto quanto possível com a legislação infraconstitucional e a operacionalização dessa legislação”, recomendou Tebet.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu o aperfeiçoamento do texto da reforma aprovado pela Câmara. “Não podemos frustrar a sociedade”, disse Lobão. Ele atribuiu aos baixos salários pagos aos juízes federais a responsabilidade pelo não preenchimento de vagas abertas em todo o país, prejudicando o funcionamento do Judiciário.

# Osmar Dias cobra votação de incentivo ao primeiro emprego

O senador também falou sobre a liminar, concedida pelo desembargador Otávio Aleixo, que suspendeu a venda do Banestado ao Banco Itaú

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) solicitou que a Câmara dos Deputados vote o quanto antes projeto de sua autoria prevendo incentivos ao empresário que der o primeiro emprego a um jovem. O senador também informou que o candidato do PT à prefeitura de Curitiba (PR), Ângelo Vanhoni, decidiu pôr em prática a proposta na capital paranaense caso seja eleito.

Pelo projeto, o empregador poderá descontar em impostos municipais os valores gastos com os encargos sociais do jovem que conquistou o primeiro emprego. Em contrapartida, terá que matricular o funcionário em curso profissionalizante. Na opinião do senador, a adoção dessas medidas criará novas vagas no mercado de trabalho e diminuirá a violência praticada por jovens entre 16 e 25 anos, a que mais cresce no país.

O senador comentou ainda



Osmar Dias: o projeto, de sua autoria, aumentará o número de vagas e reduzirá a violência

liminar do desembargador Otávio Aleixo que suspendeu todos os atos referentes à privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado), inclusive a posse do Itaú, vencedor do leilão, na instituição, que ocorreria ontem. Osmar afirmou ter lido entrevista em que o presidente do Itaú, Olavo Setúbal,

teria dito que praticamente recebeu o Banestado de presente.

O senador informou que o banco foi vendido ao Itaú por R\$ 1,625 bilhão, mas possui R\$ 1,480 bilhão em créditos tributários, R\$ 1,380 bilhão em créditos em liquidações e R\$ 535 milhões em patrimônio, além de ações da companhia de energia elétrica do estado, a Copel, em quantidade que tornam o Banestado quase dono da empresa.

— Além disso, a privatização deixou quase R\$ 5 bilhões em dívidas contraídas durante o processo de saneamento do banco. Esse valor será pago pela população do Paraná em 30 anos, em parcelas de R\$ 28 milhões mensais — disse Osmar Dias. A liminar do desembargador ocorreu em resposta à ação popular impetrada, além de Osmar Dias, pelos senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Roberto Requião (PMDB-PR) contra o processo de privatização do banco.

# Álvaro anuncia liminar contra privatização do Banestado

A liminar concedida ontem pelo desembargador Otávio Aleixo suspendendo todos os atos referentes à privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado) foi anunciada ao Plenário pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Com a decisão, foi suspensa inclusive a posse na instituição que o comprador, o Banco Itaú, realizaria ontem. A liminar foi dada em resposta à ação popular impetrada pelos senadores Álvaro Dias, Osmar Dias (PSDB-PR) e Roberto Requião (PMDB-PR) contra o processo de venda do banco.

Álvaro Dias afirmou que os argumentos do desembargador reforçam os motivos apresentados pelos senadores para impedir a privatização. Otávio Aleixo considerou o processo de venda “irregular, danoso e insidioso”, além de ser “uma agressão ao interesse público”.

O desembargador destacou que o preço de venda foi mais de 300% superior ao preço mínimo determinado pelo governo estadual. Ainda assim, ficou bastante distante do valor real. O Banco Itaú pagou R\$ 1,625 bilhão pelo Banestado, sendo que o patrimônio da instituição valia R\$ 535 milhões, além de um total



Álvaro Dias: a decisão mostra a necessidade de a Justiça impedir a dilapidação do patrimônio estadual

de R\$ 1,480 bilhão em créditos tributários. A soma alcança R\$ 2,015 bilhões. “Se o Itaú conseguir todo o crédito tributário a que tem direito, o Banco do Estado do Paraná sairá virtualmente de graça”, disse o desembargador, conforme texto lido por Álvaro Dias.

O senador acredita que o governo estadual tentará cassar a liminar. Disse ainda que a decisão do desembargador demonstrou a necessidade de a Justiça impedir a dilapidação do patrimônio do estado.

# Lobão destaca importância de Ney Braga para o Senado

O senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a contribuição do ex-ministro, ex-governador do Paraná e ex-senador Ney Braga, falecido no dia 16, para a modernização do Senado. Segundo disse, as idéias de Braga tiveram influência nas reformulações do Regimento Interno e do Regulamento Administrativo da Casa.

Lobão fez um histórico da trajetória política de Ney Braga, que foi prefeito de Curitiba (PR), deputado federal, governador do Paraná por

duas vezes, ministro da Agricultura e da Educação e Cultura. A modernização do estado do Paraná, segundo o senador, pode ser creditada a Braga.

— A Rodovia do Café, que liga Curitiba a Londrina, a construção de hidrelétricas e a reforma agrária que regularizou as atividades rurais de 400 mil pequenos agricultores são os principais marcos do êxito de suas administrações.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se às



Lobão relatou a participação de Ney Braga na reformulação do Regimento Interno da Casa

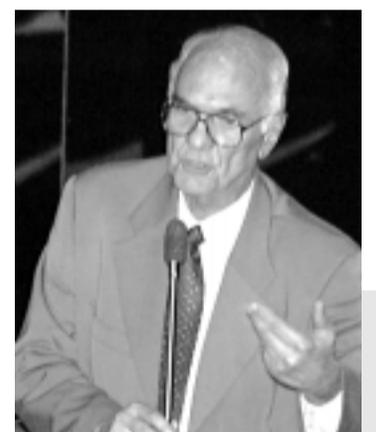
homenagens prestadas por Edison Lobão a Ney Braga, lembrando que o Senado aprovou moção de pesar pela morte do ex-senador.

# Saturnino quer informações sobre privatização da BR-101

A possibilidade de privatização da BR-101 levou ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) a solicitar informações sobre os projetos que estariam sendo elaborados no Ministério dos Transportes para a rodovia. Segundo o senador, a possível privatização da estrada remete a outras questões, como a necessária duplicação a partir da cidade de Rio Bonito (RJ) até Vitória (ES).

Saturnino disse que é preciso saber, caso seja realizada a privatização, se o contrato de concessão prevê a duplicação como uma exigência, quando será feita e se estabelece o preço do pedágio. O senador explicou que essas questões podem influenciar o desenvolvimento econômico do norte do estado do Rio de Janeiro, principalmente os setores petrolífero e fruticultor, que são grandes usuários da rodovia.

A revisão dos contratos de concessão também foi defendida pelo senador. Segundo disse, é preciso rever os aumentos do pedágio co-



Roberto Saturnino apontou a importância da rodovia para a economia do norte do Rio de Janeiro

brado pelas concessionárias a título de custo de manutenção. Saturnino afirmou que a revisão é necessária uma vez que não foi prevista a redução da tarifa do pedágio por aumento de produtividade.

— Os contratos de privatização precisam prever tanto a questão dos custos de manutenção quanto a produtividade, que deve ser exigida das concessionárias — afirmou.

# Atentado a petista foi esclarecido, diz Antero

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) informou ontem ao Plenário que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso deteve Nicássio Barbosa, sob acusação de ter sido o mandante do atentado ao presidente do PT em Cuiabá (MT), Sivaldo Dias Campos. O petista era primeiro suplente do partido para a Câmara dos Vereadores da capital mato-grossense e

Nicássio vinha logo após, como segundo suplente da legenda.

— O crime é dessas coisas que a mente humana não consegue imaginar. Jamais me passou pela cabeça que esse crime pudesse ser político — comentou o senador.

Antero informou também que, vitimado por dois tiros na cabeça, Sivaldo Dias Campos saiu da UTI e respira normalmente, mas terá se-

qüelas definitivas. Antero Paes de Barros lembrou que, ao solidarizar-se com a líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), por ocasião do atentado, disse que contatara o governador do estado, Dante de Oliveira, e o secretário de Segurança Pública para solicitar apuração rápida do caso. “Lamento que o desfecho tenha sido esse”, afirmou.